

b) Movimentação		Saldo em	Adições	Transfe-	Baixas	Encerramento	Saldo em
		31/12/20		rências		de contrato	31/12/21
Equipamentos telefônicos		22.974	1.441	-	-	(24.415)	-
Equipamentos de informática		398.523	2.297	(5.519)	-	(395.301)	-
Máquinas e equipamentos		769.269	3.950	-	-	(773.219)	-
Móveis e utensílios de escritório		345.611	6.774	-	-	(352.385)	-
Móveis e utensílios hospitalares		713.288	4.425	(16.937)	-	(700.776)	-
Benfeitorias		957.184	-	-	-	(957.184)	-
Instrumentos médico-hospitalares		18.321	-	16.937	-	(35.258)	-
Adiantamento a fornecedores		-	1.100	-	(1.100)	-	-
(-) Depreciação		(1.397.025)	(188.040)	5.519	-	1.579.546	-
<b>Total imobilizado</b>		<b>1.828.145</b>	<b>(168.053)</b>	-	<b>(1.100)</b>	<b>(1.658.992)</b>	-
Direito de uso de software		881.379	-	5.519	-	(886.898)	-
(-) Depreciação		(864.097)	(12.000)	(5.519)	-	881.616	-
<b>Total intangível</b>		<b>17.282</b>	<b>(12.000)</b>	-	-	<b>(5.282)</b>	-
Conforme mencionado na nota explicativa nº 1c - Encerramento do contrato de gestão, devido ao encerramento das atividades operacionais, a Administração autorizou a baixa dos ativos imobilizados existentes em 14 de outubro de 2021, para o resultado do exercício na rubrica "Resultado do encerramento de contrato de gestão".							
<b>c) Taxas de depreciação e amortização:</b> As taxas de depreciação e amortização praticadas no exercício foram:							
<b>Descrição</b>		<b>Taxa ao ano</b>					
Equipamentos telefônicos		10,0%					
Equipamentos de informática		20,0%					
Máquinas e equipamentos		10,0%					
Móveis e utensílios		10,0%					
Benfeitorias		10,0%					
Instrumentos médico-hospitalares		10,0%					
Direitos de uso de software		20,0%					
<b>10. Fornecedores</b>		<b>2.021</b>	<b>2.020</b>				
<b>Descrição</b>							
Materiais e medicamentos		5.227	150.296				
Serviços de terceira pessoa jurídica		47.367	199.980				
		<b>52.594</b>	<b>350.276</b>				
<b>11. Honorários Médicos</b>							
Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:							
<b>Descrição</b>		<b>2.021</b>	<b>2.020</b>				
Honorários médicos pessoa jurídica		-	758.653				
		-	<b>758.653</b>				
<b>12. Obrigações Sociais e Trabalhistas</b>		<b>2.021</b>	<b>2.020</b>				
<b>Descrição</b>							
Salários e ordenados		37.529	807.042				
FGTS		6.346	125.373				
INSS		-	79.811				
Provisão de férias e encargos		122.276	1.406.410				
Outras		9.989	11.626				
		<b>176.140</b>	<b>2.430.262</b>				
<b>13. Receita Diferida:</b> Corresponde aos valores pactuados com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para utilização no custeio mensal e investimento em máquinas e equipamentos da unidade.							
<b>Descrição</b>		<b>2.021</b>	<b>2.020</b>				
Subvenção para custeio		12.318.868	18.980.741				
		<b>12.318.868</b>	<b>18.980.741</b>				
A movimentação no exercício foi a seguinte:							
<b>Descrição</b>		<b>2.021</b>	<b>2.020</b>				
Saldo inicial		18.980.741	18.980.741				
(-) Realização		(6.661.874)	-				
		<b>12.318.867</b>	<b>18.980.741</b>				
<b>14. Provisão para Descontinuidade de Contrato:</b> Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades, correspondem à multa rescisória da FGTS, que é estimada sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho por ocasião do encerramento do contrato de gestão. A movimentação da provisão no período foi a seguinte:							
<b>Descrição</b>		<b>2.021</b>	<b>2.020</b>				
Saldo inicial		1.320.097	1.215.015				
Adições (Nota 17 - despesa com pessoal)		318.226	539.953				
(-) Baixas por rescisões de contratos		(1.520.057)	(434.871)				
<b>Saldo final</b>		<b>118.266</b>	<b>1.320.097</b>				
<b>15. Provisão para Contingências:</b> A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos, e análises das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. A composição do valor registrado referente às contingências prováveis de perda está demonstrada a seguir:							
<b>Descrição</b>		<b>2.021</b>	<b>2.020</b>				
Trabalhistas		50.000	108.487				
		<b>50.000</b>	<b>108.487</b>				
A movimentação da provisão está assim demonstrada:							
<b>Descrição</b>		<b>2.021</b>	<b>2.020</b>				
Saldo inicial		108.487	103.873				
Adições		-	103.457				
(-) Baixas por realizações / reversões		(58.487)	(98.843)				
<b>Saldo final</b>		<b>50.000</b>	<b>108.487</b>				
<b>16. Receitas com Subvenções - Custeio:</b> As receitas com subvenções - custeio correspondem ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará. Os valores são relativos à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e em 31 de dezembro de 2.021 montam a R\$ 38.731.170 (Em 2.020 - R\$ 39.675.284).							
<b>17. Despesas Com Pessoal</b>		<b>2.021</b>	<b>2.020</b>				
<b>Descrição</b>							
Salários e ordenados		(9.180.005)	(10.431.437)				
Indenizações		(428.234)	-				
Horas extras		(184.016)	(471.820)				
Décimo terceiro salário		(959.079)	(1.017.676)				
Vale transporte		(404.834)	(539.623)				
Insalubridade		(933.212)	(1.024.492)				
Férias						(1.378.053)	(1.675.161)
FGTS						(970.211)	(1.264.190)
Provisão para descontinuidade							
- multa rescisória FGTS						(318.226)	(539.953)
Contribuição patronal ao INSS						(3.467.639)	(3.784.191)
(-) Isenção da contribuição patronal ao INSS						3.467.639	3.784.191
PIS						(120.905)	(136.122)
(-) Isenção do PIS						120.905	136.122
Outras						(545.426)	(700.043)
						<b>(15.301.296)</b>	<b>(17.664.395)</b>
<b>18. Serviços de Terceiros</b>		<b>2.021</b>	<b>2.020</b>				
<b>Descrição</b>							
Serviços médicos de terceiros						(7.091.297)	(9.301.392)
Serviços de terceiros pessoa física						-	(1.082.605)
Serviços de terceiros pessoa jurídica						(1.945.135)	(1.320.000)
						<b>(9.036.432)</b>	<b>(11.703.997)</b>
<b>19. Custos Corporativos Compartilhados:</b> Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.							
<b>20. Drogas, Materiais e Medicamentos</b>		<b>2.021</b>	<b>2.020</b>				
<b>Descrição</b>							
Medicamentos						(1.363.602)	(1.566.459)
Dietas enteral e parenteral						(68.283)	(75.893)
Ortese e prótese						(477.919)	(552.314)
Materiais de uso do paciente						(1.981.803)	(2.044.575)
Gases medicinais						(102.770)	(120.013)
Gêneros alimentícios						(757.882)	(781.208)
Materiais de limpeza e lavanderia						(363.398)	(427.051)
Impressos e materiais de expediente						(90.024)	(118.756)
Materiais de conservação, reparos e consumo diversos						(245.025)	(203.439)
Outros						(117.462)	(494.807)
						<b>(5.568.168)</b>	<b>(6.384.515)</b>
<b>21. Despesas Gerais e Administrativas</b>		<b>2.021</b>	<b>2.020</b>				
<b>Descrição</b>							
Energia elétrica, gás e telefone						(553.396)	(788.457)
Manutenções						(212.784)	(253.388)
Locações de equipamentos e veículos						(137.625)	(126.968)
Prêmios de seguros						(79.330)	(92.910)
Condução e taxis						(265.644)	(313.723)
Viagem ajuda de custo e reembolso de despesa						(50.516)	(58.734)
Software e suporte de informática						(66.701)	(61.428)
Outras						(162.595)	(193.867)
						<b>(1.528.591)</b>	<b>(1.889.473)</b>
<b>22. Instrumentos Financeiros:</b> Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:							
<b>Descrição</b>		<b>2.021</b>	<b>2.020</b>				
<b>Ativos</b>							
Valor justo por meio do resultado							
Caixa e equivalentes de caixa						2.000	24.754
Pelo custo amortizado							
Contas a receber						1.484.750	3.925.586
Partes relacionadas						11.426.273	16.391.726
<b>Total</b>						<b>12.913.023</b>	<b>20.342.066</b>
<b>Passivos</b>							
Pelo custo amortizado							
Fornecedores						52.594	350.276
Honorários médicos						-	758.653
Partes relacionadas						21.656	37.707
<b>Total</b>						<b>74.250</b>	<b>1.146.636</b>
<b>Risco de liquidez:</b> O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista e depende da realização financeira do Contrato de Gestão. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.							
<b>23. INSS Cota Patronal:</b> (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 21 de dezembro de 2016 é publicada a portaria nº 2.187, relativo ao processo de Supervisão SIPAR Nº 25000.089057/2015-65 que cancelou o certificado. Em 25 de julho de 2017 foi publicada a portaria nº 1.273 que suspendeu os efeitos da Portaria nº 2.187/2016, isto por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Supervisão (SIPAR nº 25000.089057/2015-65), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, SIPAR nº 25000.110426/2012-43, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, sendo Indeferido pela Portaria nº 771 de 29 de maio de 2018. Em 04/07/2018 foi publicada a Portaria nº 1.006/2018 que suspendeu os efeitos da portaria nº 771/2018, também por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de re-							